

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: da academia à política - dependência, autoritarismo e democratização

Katia BAPTISTA*

RESUMO: Este artigo tem por objetivo o resgate da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso, no período que compreende as décadas de 1960 e 1970. Nossa discussão procura sistematizar o debate intelectual estabelecido por Cardoso referente a sua emergência como principal formulador das análises sobre a Dependência e a sua transição temática no que diz respeito à crítica por ele feita ao autoritarismo sob o Regime Militar, com ênfase ao fortalecimento da sociedade civil visando a instauração de um Regime Democrático-Representativo através de estratégias de ação política. Nesse sentido, a investigação que propomos restringe-se à análise não só das obras que abordam a questão sobre a Dependência, mas também as que identificam a mudança do debate que conduzirá a ênfase de Cardoso a temas propriamente políticos, principalmente no que diz respeito à crítica que faz às teses estagnacionistas, propondo uma nova metodologia para o estudo das possibilidades de desenvolvimento em países de capitalismo dependente.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura e Política, Intelectuais, Sociedade Civil, Dependência, Desenvolvimento Associado, Democratização.

SUMMARY: This article aims at the redemption of Fernando Henrique Cardoso's intellectual trajectory along the period that comprises 1960 and 1970 decades. Our discussion attempts to systemize the intellectual debate established by Cardoso according to his emergency as the main formulator of the analyses on the Dependence and its thematic transition concerning the criticisms conducted by him about the authoritarianism under the Military Regime, emphasizing the strengthening of the civil society aiming at the initiation of a Representative-Democratic Regime through political action strategies. Therefore the investigation we propose limits itself to the analysis not only of the work that addresses the issue about the Dependence as well as those that identify the

*Mestranda, Prog. De Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Araraquara - S.P. Orientador: Milton Lahuerta.

changing of the discussion that will conduct Cardoso's emphasis to properly political themes, especially those about the criticisms he makes on the stagnationist theses, and so proposing some methodology for the study of the possibilities of development within countries of dependent capitalism

KEY WORDS: Culture and Politics, Intellectuals, Civil Society, Dependence, Associated Development, Democratization

Introdução

Ao considerarmos a trajetória intelectual de Cardoso vislumbramos o surgimento de um ator político que finca fortes raízes enquanto componente fundamental da *intelligentsia* brasileira enfatizando insistentemente a organização da sociedade civil.

Nesse ínterim, podemos observar que durante os anos sessenta e a primeira metade dos anos setenta a discussão intelectual girou em torno de grandes temas estruturais – como a questão da dependência, da estagnação econômica, do fracasso e das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na América Latina – e abriu-se para a questão da especificidade da política. Ou seja, com o recrudescimento do contexto ditatorial a partir de 1968 e com o AI-5, essas preocupações conduzirão à temas propriamente políticos, particularmente no que diz respeito à existência ou não de um projeto de dominação, ao tipo de participação do Estado no desenvolvimento e a respeito das possibilidades de instauração da Democracia. Como dizia Cardoso à época *esta revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência... constituem... o contexto dos novos desafios intelectuais postos pela situação latino-americana* (Cardoso: 1969, p.16).

É justamente no cenário que se abre com o golpe militar de 1964 que Cardoso discutirá a questão da Dependência publicando, juntamente com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em meados dos anos 60.

É necessário ressaltar que o intuito do trabalho desenvolvido por Cardoso (ainda que tenha-se em conta sua parceria com Enzo Faletto) é enfocar situações histórico-estruturais que caracterizam a modalidade de dependência no Brasil, oriunda de uma vinculação econômica externa, responsável parcialmente pela expansão do mercado interno, onde se articularão os “agentes sociais do

desenvolvimento” (Cardoso: 1971, p.59), no que diz respeito à classe ou grupo social que tomará para si esta tarefa. O que se configura, na verdade, é uma sociedade de classes que não é estática, mas que está em constante movimento moldando uma situação específica de dominação, que possibilita a vinculação econômica com o exterior. A relação interna que se dá entre as classes tomará possível e particularizará a dependência, já que as alianças internas têm papel fundamental na dinamização do sistema econômico dependente e na sua capacidade de expansão. Com isso, o pano de fundo da discussão de Cardoso e Faletto será a relação entre economia, sociedade e política, a fim de observar as possibilidades de desenvolvimento econômico que restam a um país periférico marcado por uma dependência estrutural configurada historicamente.

O que notamos nesse momento é que as preocupações intelectuais voltam-se para a questão metodológica que passa a ser orientada pela sociologia compreensiva, mas, predominantemente, pelo marxismo e pelo pensamento dialético, permitindo assim uma análise do capitalismo dependente no Brasil.

Como consequência desta análise, Cardoso nos ensaios e artigos escritos a partir de 1970 sobre o autoritarismo, a democracia e o sistema político partidário brasileiro, desenvolve uma interpretação extremamente criativa sobre as possibilidades da ação política dentro de contextos de dependência. De certo modo, suas obras da primeira metade da década de 70 marcam o segundo grande momento do intelectual. A partir de então, Cardoso vai obter uma enorme influência política, tornando-se um dos primeiros cientistas sociais a discutir abertamente questões ligadas ao autoritarismo e a democracia durante o Regime Militar. Segundo David Lehmann:

(...) nos escritos de 70, Cardoso está tentando preservar a imagem de uma sociedade capitalista com formas de domínio que não aprecia... mas está também tentando desenvolver a imagem de uma economia que pode ser democraticamente controlada, e de um Estado que pode ser um instrumento desse controle – contra moldes ‘sobredeterminados’ (Lehmann: 1986, p.35).

Nesse ínterim, observamos ainda que, nas palavras de Lahuerta :

...as posições de Cardoso sobre o Estado autoritário e burocrático têm grande impacto entre a intelectualidade e as forças de oposição, além de revelarem o eixo da mudança de repertório conceitual que viria a se efetivar na cultura política da oposição. Os livros de Fernando Henrique

Cardoso "O Modelo Político Brasileiro" e "Autoritarismo e Democratização" são expressivos dessa guinada (Lahuerta: 1999, p.130).

Desse modo visamos traçar o contexto em que Fernando Henrique Cardoso atua enquanto intelectual que se inserirá, posteriormente, no conjunto das manifestações da sociedade civil como ator político. Propomos aqui um trabalho que esboce sucintamente o perfil deste acadêmico que emerge com importante destaque, não somente na formulação da Teoria da Dependência, mas também como propositor de uma interpretação sobre o Regime Autoritário e de um caminho para a democratização do país.

Em contrapartida às formulações de Cardoso teremos autores como André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que fazem durante os anos sessenta uma abordagem que levou à estratégia da luta armada como única solução de ruptura com o imperialismo das nações hegemônicas, uma vez que a sociedade brasileira e latino-americana em pleno século XX apresentariam uma economia colonial, essencialmente produtora de mercadorias para o mercado externo que, por sua vez comandaria os destinos econômico e político do país. Com isso, de acordo com esses autores seria necessária uma revolução de caráter Socialista para se romper com a estagnação social gerada pela dependência.

Como consequência de suas análises – e contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda – Cardoso vai considerar como inviável a Revolução Socialista posicionando-se fortemente em prol da abertura democrática contra o Estado repressor e autoritário que se instaurou pós-64, propondo como caminho a ampliação da participação política dos setores sociais que emergiam com a modernização autoritária.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: da academia à política – dependência, autoritarismo e democratização

Em 1954, com a volta de Roger Bastide para a França será Florestan Fernandes quem o substituirá, assumindo a cadeira de Sociologia I na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Trabalharão ao seu lado como assistentes: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A preocupação principal de Florestan será em criar uma Ciência Social Brasileira, procurando diferenciarse do ensaísmo sociológico anterior. No contexto da FFLCH da USP, é Florestan

quem inicia a discussão sobre a participação dos intelectuais na vida pública. Nesse sentido, a USP foi, paulatinamente, se radicalizando e se politizando assumindo tendências esquerdistas e abrindo espaço aos “homens com interesses intelectuais”, principalmente entre as décadas de sessenta e setenta. Prova disso se dá mais precisamente em 1958 quando organiza-se na Faculdade um grupo de estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx, por iniciativa de alguns professores de diversas áreas. Dentre eles podemos citar: José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Fernando Novaes e outros.

Há duas preocupações na criação do Grupo: o primeiro refere-se à linha analítica que procura afirmar, a fim de que através da constatação de certas necessidades geradas pelo desenvolvimento da industrialização na América Latina pudessem identificar a que passo andava o capitalismo nacional; o segundo diz respeito ao engendramento de uma autonomia teórica fazendo frente à metodologia eclética de Florestan Fernandes, criticada principalmente por Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

É significativo notar que, apesar da tendência esquerdista, ao estudar Marx esse grupo não pretendia forjar pensamentos que estariam embasando a Revolução, ou seja, não intencionavam assumir uma postura de *revolucionários*, mas mantinham-se no limite dentro de um pensamento radical.

De acordo com Milton Lahuerta:

a peculiaridade dos marxistas acadêmicos brasileiros estaria justamente em sua ênfase nos aspectos metodológicos. A preocupação do grupo com o rigor metodológico e a análise do Capital por meio do diálogo com Weber e Durkheim efetivaria uma trajetória original da vertente marxista, desenvolvida pelo grupo dentro do marxismo ocidental (Lahuerta: 1999, p.55).

O grupo figurava-se por três contrapontos: primeiro pela análise marxista do ISEB que se pautava pelo nacional-desenvolvimentismo; segundo pelas análises cepalinas influenciadas pelo estrutural-funcionalismo; e terceiro pelo ecletismo metodológico de Florestan Fernandes.

A participação de Cardoso nesse grupo teve expressiva influência teórica e metodológica nas discussões por ele desenvolvidas posteriormente. Em suas obras podemos notar a utilização de uma metodologia marxista, por exemplo quando ao escrever sobre a questão da Dependência, no seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* – em parceria com Enzo Faletto – e ao

retomá-la em outros escritos posteriores, Cardoso recorre à dialética como característica inerente ao capitalismo. Traça, ainda, uma análise sobre situações concretas da realidade de cada país da América Latina, embasada por um estudo do processo histórico das mesmas. Ou, muito antes disso, notamos a ascendência da metodologia marxista quando Cardoso escreve a introdução de sua tese de doutoramento, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, em 1961 quando o Grupo ainda se reunia.

Não só nos seminários sobre *O Capital*, mas também a participação de Cardoso no CESIT – Centro de Estudos de Sociologia da Indústria e do Trabalho – coordenado por Florestan Fernandes seria marcante e significativa em sua trajetória intelectual, no que tange a sua ação prática na sociedade caracterizando o que se denominou de *intelectual engajado*.

No ano de 1963 Fernando Henrique Cardoso conclui sua tese de livre docência em Sociologia na USP, publicando-a em livro: *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, onde discute a participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do país fornecendo elementos para a análise da mentalidade, ideologia e comportamento desse empresariado. Tal obra ganha expressiva significação ao revelar que o empresariado nacional, associando-se às empresas estrangeiras com o objetivo de dinamizar a valorização de capitais, torna-se delas dependente, por participar do processo de acumulação de capitais contentando-se com o papel de sócio menor nessa associação. Este comportamento do empresariado nacional evidenciou-se após o golpe de 64, apontando uma nova dependência, em que grupos locais se associavam aos setores externos, como expressão do movimento internacional do capital.

Lançada a hipótese sobre o Empresário Industrial brasileiro, nota-se que as preocupações intelectuais de Cardoso voltam-se às possibilidades de realização de uma burguesia progressista, bem como de um projeto nacional por ela proposto. Cardoso explicitará a fragilidade da política populista, de onde se desdobrará o golpe militar, e negará a existência de uma burguesia nacional apresentando o empresário industrial como uma classe que não acreditava na política nacionalista e nem possuía um projeto político próprio.

O grupo industrial no Brasil constitui-se como camada social muito rapidamente acoplando vários segmentos sociais o que revela a heterogeneidade da burguesia, impedindo uma clara definição dos interesses de classe. Segundo Cardoso não há uma socialização suficiente entre a burguesia industrial, ou seja, mesmo sendo parte da classe economicamente dominante, seus membros

não se sentiam responsáveis pela Nação, colocando-se à parte das decisões do governo. Seu comportamento é caracterizado por um individualismo extremado e pelo oportunismo, a fim de tirar o máximo proveito para suas empresas. O que faltava a esta burguesia, para Cardoso, seria um projeto de dominação política, o que não quer dizer que ela não tenha tido uma ideologia, no que diz respeito aos seus interesses econômicos. Nesse sentido, a burguesia apoiará qualquer política econômica que lhe fosse vantajosa. Daí ser compreensível a estratégia de atração de capitais estrangeiros para setores da indústria que impulsionavam a economia nacional:

... qualquer teoria objetiva do papel da burguesia no processo de desenvolvimento... acaba apontando um beco sem saída e que ... a ação dos industriais termina tendo de ser orientada antes pela opinião do dia-a-dia ao sabor do fluxo e refluxo dos investimentos estrangeiros e da política governamental, do que por um projeto consciente que permita fazer coincidir, a longo prazo, os interesses dos industriais com o rumo do processo histórico (CARDOSO: 1972a, p.168).

Cardoso explicita melhor sua interpretação no livro *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971), verificando que o problema do Brasil, enquanto nação dependente, não se encontra na falta de um projeto nacional impulsionado pela burguesia, mas sim no fato dessa mesma burguesia (que não é nacional para Cardoso), não possuir uma vocação hegemônica, sendo capaz de desenvolver na esfera política apenas “reações adaptativas”. O que, sem dúvida, é fruto de situações histórico-sociais que se configuraram anteriormente ao momento de sua formação enquanto classe. A burguesia industrial nunca teve um projeto nacional consistente, sendo politicamente tímida, o que não significa dizer que ela não tivesse uma política. Havia uma política só que esta, conforme Cardoso (1971) denomina, era uma “política de interesses compartilhados”, entre grupos nacionais e internacionais.

Dessa forma a burguesia industrial procuraria adaptar-se à situação de dependência segundo um processo histórico, no qual se configura a impossibilidade de uma política hegemônica e desenvolve-se ideologias que justificam as reações adaptativas na esfera política, orientando seus interesses, estritamente, para aspectos econômicos corporativos.

Os interesses, portanto, emergem como fator importante da articulação de classes, uma vez que a despeito do comportamento acomodatório, em termos

políticos, a burguesia industrial procura escolher seus aliados políticos em função da posição que eles ocupam no mercado e da identificação de interesses comuns que se ajustam à dinamização do setor industrial.

Nas palavras de Cardoso, já nos anos 70:

a prática política, a ruína do nacional-populismo, o castrismo, prática econômica expressa pela penetração dos capitais estrangeiros, teriam posto fim ao conceito e à relevância da 'burguesia nacional'. A partir de considerações como estas passou-se a considerar as burguesias como tigres de papel (CARDOSO: 1975h, p.126).

Desse modo, o que se observa é que a burguesia local, mesmo não sendo portadora de um projeto de edificação nacional, também não é um mero epifenômeno dos monopólios externos. Ou seja, ainda nesse contexto de dependência estrutural, há uma maior ou menor margem para sua atuação na exata medida em que ela redefine seu relacionamento com outras classes no jogo do poder.

Resumindo, os estudos de Cardoso ultrapassam a simples constatação da situação de dependência e se dirigem para as possibilidades de desenvolvimento e para a questão da articulação dos interesses políticos. É a partir daí que Cardoso vai recusar a perspectiva de que o empresariado seja capaz de realizar um projeto político que se faça também hegemônico.

Nesse ínterim, remetendo-nos ao contexto brasileiro do ano de 1964, assistimos a tomada do poder pelos militares, que instauram o regime autoritário. Desiludida, a intelectualidade contrária à ditadura, ao Imperialismo e ao capitalismo começará a se dedicar, de fato ou retoricamente, à Revolução. Com isso, a repressão, a censura e o policialismo entram em cena a fim de podar tais ideais revolucionários, bem como evitar a expansão destes por toda sociedade.

Fernando Henrique Cardoso sentindo-se perseguido sai do país e vai para a Argentina, onde receberá um convite para trabalhar na CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – encontrando nela o suporte teórico para a construção de suas análises sobre a questão da Dependência. Permanecerá, então, no Chile entre os anos de 1964 a 1967. Cardoso começa, então, a participar dos seminários que são realizados na CEPAL apresentando uma nova tese sobre a Teoria da Dependência. Nesse sentido, Palma distinguirá:

el enfoque que deliberadamente evita desarrollar una teoría mecánico-formal de la dependencia, concentrando el análisis e lo que se há llamado 'situaciones concretas de la dependencia' (Palma: 1987, p.49).

O que se refere justamente à tese apresentada por Cardoso e Enzo Faletto.

Em linhas gerais, Cardoso refutará as formulações sobre a existência da dualidade: centro/periferia e, conseqüentemente, criticará a Teoria da Dependência que se pautava por essa dicotomia, voltando-se para uma análise dialética da dependência e constatando na realidade brasileira um processo simultâneo e contraditório de sujeição e desenvolvimento.

Cardoso no seu texto, "*Teoria da Dependência*" ou *Análises Concretas de Situações de Dependência?*, explicitará a opção por uma análise concreta não só por considerar ingênuo pretender transformar a noção de dependência num conceito totalizante, como também por achar impossível a construção de uma Teoria da Dependência. Segundo Cardoso,

pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista, quando este é levado à expansão internacional (Cardoso: 1993, p.138).

Ao sistematizar suas idéias sobre a Teoria da Dependência, escrevendo com Enzo Faletto, contrapõe-se às idéias vigentes sobre o desenvolvimento na América Latina que, até então, dominavam o debate. Cardoso começa a discorrer sobre o fato de que apesar dessas nações se caracterizarem por uma inerente dependência aos países economicamente hegemônicos e possuem uma conseqüente intensificação de um sistema social excludente, não lhes estava fechada a possibilidade de desenvolvimento econômico. Ou seja, segundo Cardoso e Faletto, nelas seria possível um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescentes. Desse modo, apesar de contraditório, o desenvolvimento capitalista nesses moldes é real, além disso "esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência" (Cardoso: 1975i, p.124). Como podemos perceber, Cardoso e Faletto, inauguram um novo cenário teórico-metodológico sobre a América Latina acreditando na viabilidade de um desenvolvimento capitalista dependente e associado no Brasil¹; e lançam no debate intelectual uma nova análise sobre a questão da dependência em

¹ Além de Cardoso e Faletto outros autores emergem com esta mesma linhagem de pensamento, como por exemplo Aníbal Quijano, Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, Armando Cordova, Alonso Aguilar e outros.

contrapartida a teoria desenvolvida por autores que (como Santos, Frank e Marini) encaravam a dependência como sendo a dominação dos países industrializados sobre os exportadores primários.

Cardoso se posicionará contra esta corrente de pensamento não concordando com esse tipo de explicação, nem com as explicações cepalinas sobre o capitalismo em nações subdesenvolvidas criticando o economicismo e a análise mecânico-formal que, para ele, a CEPAL fazia sobre a América Latina. Surgem, a partir daí, as primeiras controvérsias teóricas e metodológicas entre Cardoso e os autores supracitados. O debate sobre a “teoria da dependência” passou a ser um dos temas centrais tratados por Cardoso nesse período. Desde que escrevera *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, observamos as divergências apontadas com relação, a Marini, fazendo referências a Santos e a Gunder Frank, numa crítica às alternativas que restam aos países periféricos defendidas por tais autores, que se dirigem para a opção entre a Revolução Socialista e a estagnação social.

Os anos transcorridos sob a Ditadura estavam marcados por tempos difíceis, inclusive para a Universidade que em 1968-1969 fora atingida duramente pela repressão. Até 1969, como bem coloca Roberto Schwarz, em larga medida a cultura de esquerda ficou enclausurada dentro das Universidades, único lugar onde conseguira ser hegemônica (Schwarz: 1978).

Nessa época Cardoso, que continuava no Chile, recebeu um convite de Alan Touraine para trabalhar na Universidade francesa e em 1967, abandonando a CEPAL, inicia um trabalho ministrando dois cursos: um de Teoria Sociológica para a graduação e um para a pós-graduação sobre a Teoria da Dependência. Quando estoura a Revolução Estudantil na França, em meados de 68, Cardoso retorna ao Brasil com o objetivo de prestar o concurso para a cátedra de Política na USP.

Em dezembro de 1968 foi baixado o AI-5, eliminando todas as formas de participação estudantil com policialismo pesado, extrema violência e censura da imprensa. Em abril de 1969 vários professores universitários, inclusive uspianos, são aposentados compulsoriamente e entre eles estavam: Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paul Singer, José Arthur Giannotti, etc. Uma parte destes intelectuais, afastados das atividades acadêmicas, fundam um centro de estudos autônomo à Universidade, o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), cuja fonte de financiamento provinha da Fundação Ford (Lahuerta: 1999). De 1970 a 1978, o CEBRAP adquire grande influência tornando-se a garantia de legitimidade das Ciências Sociais e a prova

de que a ciência não poderia ignorar a política.

Cardoso, inicia então uma nova fase de seu debate intelectual analisando as conseqüências de práticas políticas desencadeadas num contexto de dependência. Dentre elas alertava, já no início da década de 70, sobre a possibilidade de abertura do Regime através de estratégias democráticas, uma vez que as próprias contradições inerentes ao sistema capitalista dependente contribuiriam, segundo aponta, para o desgaste do imobilismo burocrático-repressivo e para a emergência da democracia representativa.

Nos anos setenta notaremos a transição temática de Cardoso. A Política, o Estado e os Movimentos Sociais ganharam relevância crescente a partir dos anos setenta, o que podemos observar não só em suas obras: *O Modelo Político Brasileiro*, 1973 e *Autoritarismo e Democratização*, 1975, mas também nos artigos escritos no *Jornal Opinião*, um semanário que circulou de 1972 a 1976.

Os estudos de Cardoso sobre o Brasil durante os anos setenta, revela uma forte preocupação em compreender a paulatina instauração do autoritarismo no lugar da liberal-democracia. Autoritarismo este que se legitimaria através de estilos de desenvolvimento que propugnavam o crescimento econômico acelerado, geravam a concentração de renda e ainda cerceavam a participação por temor da pressão popular e da conseqüente revolta das massas. Com isso, a relação centro-periferia se intensificava e o que antes caracterizava-se como uma tendência à divisão do setor produtivo entre Estado, empresa nacional e internacional, começou a desenhar-se sob novas formas de empreendimento e a principal inovação talvez seja a associação entre capitais estatais e consórcios internacionais, abrindo-se assim novas possibilidades de negociações entre o Estado e as corporações estrangeiras. Negociações estas que teriam por objetivo uma maior participação nos lucros das empresas gerando novas formas de relações imperialistas. Nesse arranjo do cenário nacional novos setores ganham expressão, como por exemplo os setores das Forças Armadas e da tecnocracia que, até então, por serem antipopulistas estavam excluídos do sistema, mas devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário assumem papéis importantes: no plano social, como força repressiva e no plano administrativo, como modernizadoras.

Ao se enveredar por uma abordagem sobre o Estado, a política e os movimentos sociais, Cardoso caracterizou o Regime como autoritário-burocrático, disseminador de um pseudoconsenso nacional, em que através do monopólio da informação consegue manter a apatia da massa, excluída do processo político. E, uma vez que, no lugar de partidos operavam “anéis

burocráticos”, que se constituíam através da articulação entre Empresas Públicas e Privadas, a maioria da população não possuía representação e, conseqüentemente, não possuíam meios para expressarem seus interesses.

Diante disso, o que se constatou foi que Cardoso, ao analisar tal contexto apresenta uma alternativa para a superação do Estado autoritário através da paulatina emergência da democracia, que descarta a concretização de uma Revolução Socialista, mas que se refere à participação política. Participação política esta que não significa adesão e sim legitimação do conflito, num clima de reconhecimento da diversidade dos interesses, possibilitando a discussão dentro do processo político.

A partir de 1972, Cardoso, além do trabalho no CEBRAP, também passa a escrever para o Jornal *Opinião* que surge como alternativa à participação dos acadêmicos cassados e que, como diria Almeida (1992), são impelidos para a atividade pública. Este jornal possibilitou a comunicação entre a *intelligentsia* e os partidos políticos, bem como a passagem de muitos intelectuais para a esfera política, como foi o caso de Cardoso que acabaria sendo lançado, por uma sublegenda do MDB como candidato ao Senado, em 1978.

Os colaboradores do *Opinião* eram cientistas sociais, filósofos, economistas, etc... geralmente com postura oposicionista, oriundos das universidades paulistas, principalmente USP e UNICAMP e pertencentes ao CEBRAP. Dentre eles teremos: Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e outros. Somente por volta dos anos 75-76 a intelectualidade carioca passa a dar uma contribuição mais efetiva para o Jornal (Almeida: 1992). Muitos dos intelectuais que se dedicaram a escrever artigos para o *Opinião* embarcaram, definitivamente, na vida política abandonando as atividades acadêmicas.

O Jornal *Opinião* tornou-se um importante veículo que permitiu a comunicação entre os intelectuais acadêmicos – que passaram a tornar pública suas posições – e a massa esclarecida. É notável como os artigos de Cardoso no *Opinião* representam a transparência de suas teses, expressando neles a sua crítica às interpretações estagnacionistas, preceitos sobre a teoria da dependência, a falta de uma política hegemônica por parte da burguesia e, ainda, travando uma discussão sobre o significado das eleições, sobre o papel do partido oposicionista e sobre a questão democrática.

De acordo com Maria Hermínia o melhor exemplo de transformação da discussão acadêmica em matéria jornalística se encontra no artigo: *Os mitos da Oposição I*, onde há uma crítica sobre o nacionalismo, o desenvolvimento como

ideologia do Estado e sobre o estagnacionismo. Cardoso argumentará que:

a cara da realidade foi se desenhando por trás dos mitos. Em vez de estagnação, desenvolvimento. Em vez de predomínio do setor público, associação crescente entre o Estado, as empresas multinacionais (os velhos trustes mudaram de nome e, às vezes, até de política) e empresariado local. Em vez de imobilismo social, uma <sociedade aberta>, onde a mobilidade social se não é o pão nosso de cada dia é o credo das aspirações de muitos. Tudo isso, naturalmente, num quadro de repressão política e de discriminação de amplos setores sociais... (Cardoso: 1973d).

Além disso, tal artigo, entre outros, é representativo da intenção de se tornar pragmática a atuação da oposição ao governo autoritário, burocrático, repressivo, paternalista e concentrador de renda. Todavia, isso só seria possível quando a oposição se libertasse de seus *mitos*, ou seja, distanciando-se da perspectiva revolucionária e voltando-se para o tema da democracia e reorganização da sociedade civil.

Escrevendo para o Jornal *Opinião*, Cardoso realiza na verdade uma síntese do cenário político brasileiro manifestando suas posições no que se refere ao caráter do Estado autoritário e burocrático, bem como acerca da situação econômica do país, caracterizada por um desenvolvimento capitalista, associado e dependente. A maioria de seus artigos nos remete a um constante alerta em relação à postura da real participação política requerida, a oposição, uma vez que o *Opinião* presenciou o início da participação oposicionista no sistema partidário e entre os grupos de elite.

Em suma, o Jornal *Opinião* foi um importante fator de inserção de Cardoso, bem como de outros intelectuais, no conjunto das manifestações da sociedade civil como atores políticos numa conjuntura que, apesar de conviver com o Estado autoritário, ampliava seus espaços democráticos. Pode-se dizer que é justamente a distância existente entre a mobilização social e os partidos políticos nesta época que torna necessária a intervenção de mediadores que façam a articulação entre um plano e outro. E o exercício desta mediação entre os dois planos é que possibilitará Cardoso tornar-se um ator político ingressando, conseqüentemente, de modo definitivo no cenário político nacional. Por fim, a concretude de sua participação política se dá quando Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, vai ao CEBRAP solicitar aos intelectuais a elaboração de um programa partidário de base para a campanha eleitoral de

1974. São estabelecidas assim as condições plenas para a transição desses acadêmicos à condição de políticos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. H. T. **Tomando Partido, Formando Opinião**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

CARDOSO, F.H. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1971.

_____. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1972a.

_____. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo: 1969.

_____. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 5. ed. Rio de Janeiro: DIFEL 1993.

_____. O Partidão do Sr. Freire. **Opinião**. São Paulo, n. 3, 1972b.

_____. Uma Austera, Apagada e vil Tristeza. **Opinião**. São Paulo, n. 4, 1972c.

_____. A Esfinge Fantasiada. **Opinião**. São Paulo, n. 9, 1973a.

_____. Gladiadores de Marionetes. **Opinião**. São Paulo, n. 11, 1973b.

_____. As Concessões Temerárias. **Opinião**. São Paulo, n. 13, 1973c.

_____. Os Mitos da Oposição I. **Opinião**. São Paulo, n. 16, 1973d.

_____. Os Mitos da Oposição II. **Opinião**. São Paulo, n. 22, 1973e.

_____. O Exercício da Abertura. **Opinião**. São Paulo, n. 90, 1974a.

_____. A Democracia do Prof. Huttington. **Opinião**. São Paulo, n. 94, 1974b.

_____. O Presidente e os Partidos. **Opinião**. São Paulo, n. 96, 1974c.

_____. O Projeto Institucional e o Povo. **Opinião**. São Paulo, n. 113, 1975a.

_____. A Crise Internacional e o Futuro dos Países Subdesenvolvidos. Em Busca de uma Nova Utopia. **Opinião**. São Paulo, n. 121, 1975b.

_____. Reforma Partidária? **Opinião**. São Paulo, n. 126, 1975c.

_____. As Multinacionais e a Democratização. **Opinião**. São Paulo, n. 130, 1975d.

_____. Dois Pesos e Duas Medidas. **Opinião**. São Paulo, n. 131, 1975e.

_____. Opções Fundamentais. **Opinião**. São Paulo, n. 137, 1975f.

_____. Além do Debate. **Opinião**. São Paulo, n. 143, 1975g.

_____. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975h.

CARDOSO, F.H. & FALETTTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar

Editora, 1975i.

FILHO, E. O Presidente. **Revista VEJA**. São Paulo, Editora Abril, ano 27, p. 31-58, 12 out. 1994.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a Dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEHMANN, D. Cardoso: da dependência à democracia. **Novos Estudos CEBRAP**, n.14, p. 31-36, fev. 1986.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PECAULT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

MOTA, C. G. **A Ideologia da Cultura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.

PALMA, G. Dependencia y Desarrollo: Una Visión Crítica. **La Teoría de la Dependencia: una revaluación crítica**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, Dudley Seers, compilados, 1987.

SCHWARZ, R. **Cultura e Política 1964-1969. Pai de Família e outros Estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.